



PEDAGOGIA DECOLONIAL: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIAS NEGRAS¹

DECOLONIAL PEDAGOGY: PRACTICES OF BLACK RESISTANCE

Josiane Beloni de Paula²

Elison Antonio Paim³

Resumo: Este artigo é parte da tecitura da tese de doutorado, Andarilhagens de professorxs⁴: Práticas de resistências negras na escola pública em Pelotas-RS, desenvolvida na Universidade Federal de Santa Catarina, dialogando com professorxs que realizam ações pedagógicas na escola, trabalhando as relações étnico-raciais, que são aqui nomeadas como práticas de resistências negras. Objetiva mostrar que existem práticas decoloniais e propositivas de valoração da presença negra no Brasil, denunciando o racismo na sociedade brasileira e anunciando práticas para erradicação deste. Buscamos falar com estexs sujeitxs, usando a metodologia monadológica. Por meio da narração destxs professorxs, de suas memórias e experiências construímos as mônadas e o diálogo com os parceirxs teóricxs para criar outras possibilidades, construindo uma educação antirracista.

Palavras-chaves: Educação. Relações étnico-raciais. Memórias.

Abstract: This article is part of the of the doctoral thesis, Teachers' walks: Practices of black resistances in the public school in Pelotas-RS, developed at the Federal University of Santa Catarina, dialoguing with teachers who carry out pedagogical actions in the school, working on the ethnic-relations - which are here referred to as black resistance practices. It aims to show that there are decolonial and purposeful practices for valuing the black presence in Brazil, denouncing racism in Brazilian society and announcing practices for its eradication. We seek to speak to the teachers, using the monadological methodology. Through the narration of the teachers, their memories and experiences, we built the monads and the dialogue with the theoretical partners to create other possibilities, building an anti-racist education.

Keywords: Education. Ethnic-racial relations. Memoirs.

¹ Artigo recebido em 10 de novembro de 2020 e aceito em 16 de dezembro de 2020.

² Doutora em Educação (2020), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; PAMEDUC/UFSC; bolsista CNPq; e-mail: belonijbc@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3946-3048>.

³ Professor Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; PAMEDUC/UFSC; e-mail: elison0406@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7509-5572>.

⁴ Optamos por concordar com a linguista Catherine Walsh (2017, p. 11) que: “El uso de la “x” es una opción - de hecho lingüísticamente insurgente y desobediente - para contrarrestar el género binário”. Usando o “x”, tentamos desobedecer a lógica imposta, e lembrando dxs “outrxs”. Portanto, quando o “x” aparecer no texto significa se tratar de homens, mulheres e demais sujeitxs que não se identificam com o sistema binário de classificação sexual, ou seja,, negros, negras, negres, professores, professoras.

Introdução: a pesquisa e xs parceirxs teóricos

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.
(PAULO FREIRE, 2000, p. 33)

Para iniciar vamos trazendo xs autorxs como parceirxs da pesquisa, estabelecendo diálogos na tecitura, em um andar junto, construir com o já pensado, para dialogar com os achados, com os rastros, com os resíduos que vão aparecendo durante o pesquisar, que vão sendo escavados nas narrativas dxs narradorxs dessa investigação, professorxs que foram entrevistadxs e suas memórias foram transformadas em mônadas.

Com estudos que partem da América Latina, com debates de interculturalidade, valorização de múltiplos saberes, formas outras de ser e estar no mundo. Na perspectiva da decolonialidade, refletindo acerca da transformação da sociedade, não mais querendo trocar o sistema, como viemos fazendo ao longo da história, no qual temos x colonizadorx e x colonizadx, xs que possuem as formas de produção e x que vende sua força de trabalho para formas de governo na tentativa de inverter esta lógica opressora.

Na contrapartida, buscamos uma visão mais ampla de mundo, respeitando saberes e formas diferentes de viver, de lutar para retirar a colonialidade do poder, do ser, do saber, do sentir e da natureza. Como nos apresentam xs autorxs decoloniais, (GROSGOUEL, 2009; MALDONADO-TORRES, 2007, 2009; QUIJANO, 2009; WALSH, 2008, 2009, 2013; LANDER, 2005) mas não para colocar novxs dominantes, e sim ter um projeto de vida, um viver de rupturas com a hierarquização e a padronização do mundo, olhar o mundo nas suas diferentes formas de estar nele, trabalhar com as diferenças.

Fugindo de um único modo de vida global, determinado por algunxs para todxs, o qual influencia as práticas sociais, visualizando e experienciando maneiras não reconhecidas pelo sistema vigente, mas que possibilitam viver de forma autêntica e plena em suas oportunidades.

A colonialidade abrange o poder, o saber, o ser, o imaginário e a natureza. No pensamento do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005, p. 243):

Assim a colonialidade do poder reprime os modos de produção de conhecimento, os saberes, o mundo simbólico, as imagens do colonizado e impõe novos. [...] já a colonialidade do saber, entendida como a repressão de outras formas de produção de conhecimento não-européias, que nega o legado intelectual e histórico de povos indígenas e africanos, reduzindo-os, por sua vez, à categoria de primitivos e irracionais, pois pertencem a “outra raça”.

Sendo assim, pensando o racismo como pedra angular da colonialidade no Brasil contemporâneo se torna indispensável para construirmos uma sociedade pautada no respeito e na valorização da diferença a interculturalidade nas múltiplas formas de vivenciá-la. Afinal, a interculturalidade é uma experiência existencial. Como nos ressalta a socióloga Catherine Walsh (2007, p. 8):

A interculturalidade crítica [...] é uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Uma proposta e um projeto político que também poderia expandir-se e abarcar uma aliança com pessoas que também buscam construir alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como pela criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta maneira, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si. [...], é um projeto de existência, de vida.

A autora acima nos inspira a um processo em construção de uma pedagogia decolonial baseada na práxis propositiva, não só denunciativa e para inspirá-la traz os referenciais de Paulo Freire e Frantz Fanon, referentes à consciência dos oprimidos e a necessidade de retomada da humanização dos povos subalternizados. Compreendendo em concordância com Walsh (2007, p. 7) que

[...] a decolonialidade implica partir da desumanização e considerar as lutas dos povos historicamente subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber. Portanto, decolonialidade visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas.

Sendo assim, vai se delineando os pensares, dialogando com autorxs e narradorxs, construindo saberes por meio de suas memórias, experiências e teorias, referentes à educação das relações étnico-raciais. Sendo que, para a superação do racismo, temos que desenvolver as sensibilidades, mobilizar o olhar sensível.

Entre alguns parceirxs que chamamos para a conversa neste artigo, para ir tecendo uma teia de ideias, convidamos Paulo Freire, educador brasileiro, o qual em seu legado, vida e obra nos deixou visões voltadas à educação. Trazemos aqui contribuições desse educador para refletirmos sobre a educação das relações étnico-raciais no Brasil.

Partimos do pressuposto de que a escola desenvolve o papel de mantenedora de um sistema excludente, que ainda trabalha numa perspectiva preconceituosa e hierarquizada, desde os conhecimentos e passando pelas relações construídas e permeadas de elementos europeizados, entre os quais o saber dx educandx e suas diferenças não possuem espaço.

Buscamos no aporte freiriano o par conceitual denúncia/anúncio para falar da temática étnico-racial, ou seja, a denúncia do racismo pela sociedade e o anúncio da superação de formas de preconceito e discriminação por meio das práticas de resistência utilizadas por educadorxs como estratégias para a transformação da realidade. Sendo assim, Freire (1987, p. 42-43) apresenta a:

Denúncia de uma realidade desumanizante e anúncio de uma realidade em que os homens possam ser mais. Anúncio e denúncia não são, porém, palavras vazias, mas compromisso histórico tenham. A percepção ingênua ou mágica da realidade da qual resultava a postura fatalista cede seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se. E porque é capaz de perceber-se enquanto percebe a realidade que lhe parecia em si inexorável, é capaz de objetivá-la.

Neste sentido, outro conceito caro a esta percepção é o de discriminação, que Freire (2000, p.39) explicita quando anuncia que “faz parte do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação”. Dessa forma, é possível dialogar no sentido da superação dos preconceitos que dão sustentação às diversas faces discriminatórias assumidas no imaginário social brasileiro.

Tendo como horizonte a construção de outra sociedade com base nas ações afirmativas enquanto práticas de resistência, no sentido de ações que induzirão as transformações. Seguindo nos debates da denúncia e do anúncio, Freire (2010) nos apresenta “situação-limite”, ou seja, a dependência. Nesse sentido, o fato dx negrx estar em uma desvantagem social, em haver racismo escamoteado, estas situações estabelecem obstáculos ou barreiras a serem encontradas e enfrentadas, pelxs sujeitxs na vida pessoal e social.

Nesse panorama x educadorx que luta pela educação libertadora tem o papel de auxiliar a desvelar as situações-limites para que xs sujei-

txs construam o pensamento crítico encharcado de suas experiências de opressão não vislumbrando seu viver, seus direitos ou a falta deles. Com o pensamento crítico x sujeitx rompe com a situação de opressão, vai havendo a conscientização, a tomada de consciência diante de sua realidade e do seu direito de ser mais, também do seu dever de lutar para que de fato isso ocorra e se torne sujeito. Portanto, oportunizando a criação de situações libertadoras, anunciando o “inédito viável”, a resistência, a transformação da situação, pois o inédito viável, nas palavras de Streck (2010, p. 224), não é:

[...] uma simples junção de letras ou uma expressão idiomática sem sentido. É uma palavra na acepção freiriana mais rigorosa. Uma palavra-ação, portanto, práxis, pois não há palavra verdadeira que não seja práxis, daí, quer dizer que a palavra verdadeira seja transformadora do mundo. [...] Uma palavra epistemologicamente empregada por Freire para expressar, como enorme carga afetiva, cognitiva, política, epistemológica, ética e ontológica, os projetos e os atos das possibilidades humanas.

As práticas de resistência em sala de aula são soluções praticáveis despercebidas, que Freire nos traz como um caminho para transformação e sendo o inédito viável concretizado, este abre portas para diversos outros, acontecendo assim a reconstrução da nova sociedade almejada por todxs que se engajam na luta para alcançá-la (CRUZ, 2014).

Ainda no legado de Freire o debate do anúncio e da denúncia continua em voga. A todo momento ele denuncia as barbáries que assolam nossa sociedade, como por exemplo, na 3ª carta, do livro *Pedagogia da Indignação* (2000), Freire nos mostra um acontecimento desastroso ocorrido, colocar fogo em um indígena, desvalorizar a vida, mas nos propõe não sermos merxs espectadorxs da vida. No diálogo de Freire com Césaire (2012) por meio de Fanon: “meu corpo, assim como minha alma, não cruze os braços em posição estática de espectador. A vida não é um espetáculo, um mar de dores não é um palco, um homem que grita não é um urso que dança”. Sendo assim, Freire (1987, p.44) nos propõe pensar que “não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação”. Aqui contextualizando a denúncia do racismo na escola e, conseqüentemente, na sociedade. Essa é uma situação limite, enquanto o anúncio vem das outras práticas escolares e cotidianas que possibilitam a transformação do problema que é o inédito viável, práticas de resistências negras em sala de aula.

Trabalhando na busca de uma sociedade justa e igualitária encarando o preconceito, para combatê-lo, contamos com relevantes autorxs da educação antirracista como Kabengele Munanga (2005) e Eliane Cavalleiro. Buscamos primeiramente em Eliane Cavalleiro (2001, p. 150) a referência do que apregoa a educação antirracista:

No cotidiano escolar, a educação anti-racista visa à erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados. Nela, estereótipos e idéias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente, docente etc.), precisam ser duramente criticados e banidos. É um caminho que conduz à valorização da igualdade nas relações. E, para isso, o olhar crítico é a ferramenta mestra.

Almeja a autora, nesse sentido, possibilitar xs sujeitxs pertencentes ao grupo de atingidxs pelos preconceitos e discriminações a reconquista de uma identidade positiva, dotada de amor e de orgulho próprios. Nela é permanente o combate aos sentimentos de inferioridade e superioridade, visto que a palavra máxima da educação antirracista é a igualdade entre os humanos (CAVALLEIRO, 2001).

Percebemos que se instala outro olhar acerca da educação, um enfoque no todo, na escola formada por todxs seus atorxs, em que preconceito e a discriminação devem ser visualizados e exterminados, via problematização e construção de um pensamento crítico. Este pensamento nasce na escola, nos movimentos sociais e se expande para a sociedade em geral quando trabalhadas questões referentes à educação das relações étnico-raciais com reflexões que vão modificando pensares de educadorxs, educandxs e comunidade escolar.

Também podemos dialogar com Kabengele Munanga (2005, p. 17) para reforçar a importância da mobilização para uma nova prática educacional com a finalidade de,

[...] reverter esse quadro preconceituoso que prejudica a formação do verdadeiro cidadão e a educação de todos os alunos, em especial os membros dos grupos étnicos, vítimas do preconceito e da discriminação racial? Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socia-

lizados. Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que consequentemente exige várias frentes de batalha, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

Com Munanga (2005), verifica-se a importância de uma mudança individual para uma transformação educacional e, consequentemente, social; x professorx é x propulsorx da utopia de uma sociedade justa, propondo reflexões e ações que revoguem, desconstruam e reconstruam as normas apregoadas pelo sistema vigente.

São vários xs sujeitxs trabalhando para a construção de uma outra educação, de um outro projeto escolar que seja para todxs, que seja antirracista. São grupos de trabalho que tratam da temática dx negrx nas mais diversas situações como as cotas étnico-raciais, materiais didáticos, mídia, relações sociais, institucionais, educação antirracista e o que mais envolver essxs sujeitxs, a fim de denunciar a opressão e resistir por meio de ações e práticas que possibilitem a efetiva transformação deste panorama.

Trabalhar as histórias e culturas das Áfricas de forma positiva, mostrando conhecimentos advindos de lá, diversas línguas, organizações sociais, tirando do foco sempre questões negativas de destruições causadas pelas colonizações, com intuito de analisar um grande continente com múltiplos saberes, muitos países.

Construção do processo investigativo

Na construção desta investigação trabalhamos com a metodologia monadológica (BENJAMIN, 1984; ROSA, 2011; GALZERANI, 2013; FRANÇA, 2015; SANTANA, 2017; OLIVEIRA, 2018; SOUZA, 2018; PAIM, LUÍS, 2020; ZETTERMANN, 2019; SOUZA, 2020) que traz as memórias e experiências na voz dxs narradorxs, de modo que cada mônada representa uma partícula, que contém o todo, uma centelha de sentido, potente como a força de um relampejar. Essas mônadas transportam para o texto as vozes de quem narrou suas experiências como potências; e movimentam suas memórias para o debate com a pesquisadora e teóricxs, não sendo o propósito desta construção uma análise das narrações, mas sim um diálogo constituído na horizontalidade.

Nas palavras da historiadora, Maria Carolina Galzerani (2012, p. 03), as “práticas de memória, podem ser uma arma de resistência, principalmente tratando-se de grupos étnicos com respaldo constitucional específico”.

Destaco que as mônadas são fragmentos de um todo, mobilizam uma ideia inteira, por meio do conjunto de memórias destxs entrevistados, e são aqui captadas como experiências de cada sujeitx envolvidx, x qual narra sua história, nos trazendo entrecruzamentos do tempo e suas ações de despertar para a existência das diferenças e do racismo presente em nossa sociedade.

Após o rastreamento dxs professorxs nos anais do evento Encontro sobre o Poder Escolar, chegamos a treze nomes dxs professorxs selecionadxs, forma contactadxs. Sendo que cinco destas professoras são militantes negras na cidade e são conhecidas pela pesquisadora, o que facilitou o contato. Já os demais, foram contatos por meio das redes sociais como: Facebook, e-mail e WhatsApp, outrxs dois sem sucesso ao contactar.

Assim, fechados onze sujeitxs narradorxs. Dez professorxs, sendo um referente a cada ano do encontro e a décima primeira uma das idealizadoras, os quais somando suas práticas um total de 23 experiências apresentadas nas dez edições do Encontro sobre o Poder Escolar.

Nesse momento começamos a ouvir as memórias, narrações, experiências, histórias destxs parceirxs para a construção da pesquisa.

Em julho de 2017 nos dias mais frios daquele ano, a primeira entrevista foi realizada na UFSC, pois a professora estava em Florianópolis para participar do evento do III Copene Sul (Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as) em 13 de julho.

Logo depois, a pesquisadora vai a Pelotas relembrar o quão dolorido é o frio, no primeiro dia já relembrando o que é sentir na pele 05 °C. Marcado com cada um dxs professorxs onde preferiram se encontrar para a entrevista, os locais foram variados entre biblioteca pública, casa, confeitaria, lancheria, mercado público, escola, local de trabalho, e assim do dia 17 ao dia 21 de julho daquele ano foram realizadas as demais entrevistas.

Narrativas das práticas de educação antirracista

Aqui podemos nos aproximar e tecer um diálogo com xs narradorxs, por meio de suas experiências trazidas em formas de mônadas dxs professorxs narrando suas práticas de educação antirracista que elxs tem desenvolvido em suas salas de aula,

É um corpo contador de histórias

O primeiro trabalho é fruto do meu artigo de Especialização, que era falar sobre as meninas do grupo Dandara, que era um grupo de dança. Eu sempre acreditei – e acho que acredito mais, agora – que a dança é um lugar de militância. Não menos lugar por ser um lugar que se dance, e que é a partir das danças que se fala. Mas, eu sempre achei isso. Para mim, na verdade, a minha militância começa pela dança e pelo corpo que dança; o corpo que, como eu brinco (mas, falo sério!), é um corpo contador de histórias. Sempre, de certa forma, eu sempre perpasso isso nos meus trabalhos acadêmicos, que é a discussão da dança, do corpo e da questão do racismo, preconceito, a discriminação racial, dentro dessa minha possibilidade de achar que a dança é um lugar de militância. [...] Pensando agora, eu acho que elas estão sempre na minha atuação como professora. Eu trabalhei com... Dandara foi uma experiência na Escola São Benedito; que, depois de um tempo, eu saí da escola São Benedito – tinha esse nome Dandara, era um projeto que as irmãs tinham, e inicialmente era coordenado pela professora Maritza. A professora Maritza era a professora, ela quis sair, e me perguntou se eu estava a fim. Eu disse: “Estou a fim, sim, de trabalhar com as meninas!”. Um universo muito negro da Escola São Benedito, isso me interessava muito. E aí, eu fui desenvolver o trabalho, lá. Mas, com o tempo, eu cansei da vida com as irmãs (risos) e eu queria mais um outro espaço, mas queria continuar com o trabalho. E eu acho que eu também comecei a fazer outras coisas, mas eu queria continuar com o grupo. E, nisso, eu trabalho em uma academia de ginástica e dança, trabalhava com dança afro nessa academia, e pedi o espaço para que eu pudesse ensaiar com as gurias; que continuasse – principalmente as meninas que iam no turno inverso, as meninas que estavam, hoje no quarto ano, seria. E eu continuei com Dandara, por mais um bom tempo. Acho que até um pouquinho antes de começar o projeto Cabobu. E, depois de começar, toda a nossa organização com Odara. Hoje, eu não sou tão dançante; hoje eu não estou mais na coordenação do Odara, de forma presente. Mas hoje eu estou estudando o Odara. Então, é algo que faz parte da minha vida! Não tem como pensar a minha história sem pensar na dança. Isso eu costumo falar, quando eu leio isso, hoje tem nomes de trabalhos, continua tendo a mesma potência de força na minha discussão! Na minha forma como eu caminho para pensar a questão do negro no Brasil, em Pelotas, tudo mais (Raquel, julho de 2017).

O negro precisa ocupar o seu lugar na história

Teve continuação no meu trabalho de professora. Assim: como eu sou professora de Literatura, e há aquela lei [11.645] que o Lula também colocou, que tem que ter o estudo da cultura negra e indígena dentro da sala de aula, eu trabalhei com eles o Castro Alves, conhecido como o poeta

dos “escravos”, e que, sempre, nas suas poesias, ele fala pontualmente dessa temática, da libertação, de que o negro precisa ocupar o seu lugar na história. Então, eu utilizei, assim, convidei mais duas colegas para serem colaboradoras nesse projeto: professora Rosimeri [...], de Geografia, e a professora Neusa Anastácio, de História. Nós trabalhamos sobre o poeta, o Castro Alves, sua boa oratória no poema Navio Negreiro; a temática do sofrimento desses “escravos”, que eram traficados dentro dos navios; também a vida dele, a obra; esse poema está inserido dentro da obra “Os escravos”, eles pesquisaram sobre isso; a questão cênica, porque foi um esquete teatral, nós ensaiamos; e também a vida do Zumbi dos Palmares. Tudo isso na Semana da Consciência Negra. Então, a gente fez um trabalho bem longo, porque a gente teve que compor cenário, trilha musical, as roupas todas foram mandadas ser confeccionadas – a direção da escola proporcionou as verbas para isso. [...] Eu trabalho... por exemplo, eu trabalhei, depois eu fiz um documentário; foi no ano retrasado. Ele está disponível na internet, que é “Pelotas: seus filhos e filhas da África”. Tudo sobre a cultura negra, os “escravos” que vieram lá do centro do país e nordeste para trabalhar aqui nas charqueadas, desde a sua vinda da África para o Brasil, depois para Pelotas, e, também, a sua contribuição na cultura da cidade, como os clubes, carnaval... (O que mais? Deixa eu ver, não me lembro. Tem tanta coisa!). Os quilombos, aqui dentro de Pelotas! E várias coisas. Diversos aspectos. Religião! A religião africanista, a gente trabalhou, teve palestras, tudo, para formar o documentário (MARTHA, julho de 2017).

O preconceito e a discriminação vêm de onde?

Trabalho com turma de educação infantil e não deixo de fazer o trabalho, porque eu acredito que as questões sociais entre elas de discriminação, de preconceito, de marginalização, má distribuição de renda, entre outros desrespeitos precisam fazer parte da escola, já que estes impossibilitam que todos possam ter garantidos seus direitos. Também porque estas questões para o negro são diárias, é todos os dias, e as crianças estão na escola todos os dias, então naquele espaço é um lugar que tem que problematizar sim. Faço muito a fala contra o discurso de somos...somos todos iguais? Não!!! Somos todos diferentes sim, o que não somos é inferiores, menos capazes ou incompetentes. Não somos descendentes de escravos, mas sim de um povo guerreiro, onde haviam reis e rainhas que foram forçados a deixar suas casas, suas famílias e riquezas para os tornarem escravos. Estas trocas envolvem respeito as nossas histórias e a dos nossos antepassados. Na educação infantil, eu trago as mães para conversar, porque essas falas vão se enraizando nas crianças, eles têm quatro anos, eles vão começar a reproduzir essas coisas, que são faladas em casa, então eu não abro mão de discutir isso com eles. E não é porque na minha sala só tem um aluno negro, que não vou precisar tocar

no assunto, afinal ele também é a sociedade, negro não fala só com negro, branco vivencia os limites impostos ao negro. Então porque eu tenho só um aluno negro, vou pegar só aquele num cantinho, e só com ele vou trabalhar a questão, não, eu tenho de trabalhar com todos, porque o preconceito e a discriminação vêm de onde? Eu trabalho muito em função das histórias infantis e quando tem uma situação da escola que eu percebo eu trago pra eles, pra que a gente possa pensar junto e, quando é com mães eu trago as mães pra gente dialogar com relação a isso. Quando surgem falas ou comportamentos preconceituosos, questiono os pais, querendo saber de onde surge porque aqui não é, dos coleguinhas e da professora, ela vem lá de fora. Assim convido-os a estar pensando nessas coisas, coloco os pais no meio disso tudo assim. [...] Trago assim, por eu ser diretora da escola e eu já cheguei com uma resistência enorme, eu tive que fazer uma queixa na delegacia em função de preconceito. A escola parou pra olhar tipo assim, aí elas não querem ela aqui né, só que as pessoas não conseguiam separar, uma coisa é a discriminação e que eu posso ir até uma delegacia, porque eu fui alvo de racismo, a outra coisa é tu aceitar ou não. Não há essa opção porque fui eleita, votaram, então eu entrar no portão e as pessoas questionarem, o que porque essa negra burra está fazendo aí, como é que botam uma negra de diretora da escola, não cabe e a resposta inicial é na justiça. E alguns colegas vão dizer assim, claro isso é porque aqui é muita criança branca né, são poucas crianças negras e aí para a comunidade fica difícil que tu estejas coordenando a escola. Só um pouquinho, então não posso sair na rua, porque lá tem um monte de pessoas brancas, e eu sou a única negra, isso autoriza as pessoas a me desrespeitarem? Não! E, as pessoas querendo me convencer de que eu não fosse até uma delegacia, que isso poderia ser pior pra mim, então assim, são coisas que fortaleceram a discussão na escola, muito mais em função de eu estar diretora e as pessoas, muitas delas demonstrarem que a culpa pelas agressões que fui alvo era minha. Quem mandou querer dirigir uma escola branca? Professora eu trabalhava estas questões na minha sala de aula, quando eu me torno diretora da escola e que eu sou vítima dessa discriminação no portão da escola a público, isso vira uma questão de escola. Ainda precisamos discutir, porque não tem jeito, agora quando tem qualquer situação, Juliana tão discriminando fulano. Pergunto e o que que tu estas fazendo na sala de aula relacionado a essa realidade? Porque não é eu ir lá conversar com os alunos e dizer que isso é crime, tudo mais, onde é que essas pessoas passam no teu planejamento todos os dias e aí me incomoda muito porque que eu lembro das falas iniciais dos colegas, assim tipo, aí tem que entender que pra eles é difícil mesmo, numa escola onde 90% das crianças são brancas, com pouquinhos negros, aí daqui a pouco a diretora é negra. Para mexer mais com as pessoas a orientadora da escola não quis mais ficar com a nova diretora – negra – ela pediu para sair, sem justificar o motivo e

a orientadora que veio foi uma negra, então virou tipo a escola não é mais a mesma, a escola não é mais tão boa como era antigamente, por que? Porque estão na liderança duas figuras negras, então isso assim ó, para mim é muito, ah passou o preconceito. Passou gurias!!! Não é uma doença que dá e passa né? Não passou está ali, nós estávamos a pouco tempo no comecinho de 2016, com toda esta discussão, com toda esta problemática e vocês achando que a comunidade tinha razão, que estar no comando uma mulher negra, isso desqualificava as pessoas, desrespeitavam, como um senhor disse me sinto desrespeitado, como assim? Sabe? Então... A orientadora ao ser cobrada por mim, para que qualificasse ao máximo suas atribuições, me disse que estaria desistindo do cargo, já que era recém nomeada e sem prática. Chorando me disse que preferia continuar em serviços domésticos. Não saiu uma lágrima do meu olho, mostrei a ela o resultado pouco satisfatório de sua avaliação de estágio e cobre dela a nota máxima, disse que jamais aceitaria a saída dela, pois sei da capacidade que temos e ela não tinha opção de desistir. Trouxe a mesa dela para nossa sala para ficarmos juntas, nos fortalecermos, mulheres negras e na gestão da escola e um dia após mais de um semestre entreguei a avaliação a minha colega com nota máxima sim, fruto dessa resistência que carregamos e também a mesa dela na sala que a orientação ocupa. A única fala: Já estamos prontas para enfrentarmos.... Sabemos onde nos encontrar. [...] a gente tá sempre querendo problematizar, agora mesmo na EJA [Educação de Jovens e Adultos], não na Educação Infantil, mas na EJA, na escola esta semana eles estavam com um trabalho afro-indígena e nós problematizando muito com as professoras porque parece que toda vez que é indisciplinado, eu não estou dizendo que alunos negros não sejam indisciplinados, mas quando tem alguma coisa, quando tu não sabe quem é, eu não sei, mas eu acho que quem é o mentor da coisa lá, é o fulano, e é um negro. Está chegando atrasado, tu nem perguntou para ele ainda porque que ele está chegando atrasado e diz já vem se arrastando não está afim. Como exemplo o B. dissemos gurias vocês sabem onde o B. trabalha? Tem um cheiro, sim, a criatura sai da obra vinte pra sete, já atrasado pra escola, ele disse professora, as vezes não dá pra tomar banho, só troco uma roupa pra sai do cimento, ele vai chegar aqui com cheiro e aí tu faz toda uma conversa de sala dos professores assim, te autorizando a classificar quem são os interessadostendo a disposição do B. Como base, porque o B. Chega aqui atrasado, não tem interesse, se arrastando – ressalto dizendo carrega saco de cimento o dia inteiro pra ver se não te arrasta. Também em relação as gurias que não querem fazer educação física, quando dizem a mais todo mundo trabalha, porque a fulana faz e a outra não faz, ressalto porque umas trabalham lá na loja, no escritório, as outras são domésticas, que trabalham mais duro, mais pesado, chegam mais cansadas, daí vão querer ta pulando corda, fazendo coisa, se já passou o dia inteiro de baixo do mal tempo e aí não preciso

te dizer quem são as domésticas e quem são as que tão no balcão né, trabalhando. Então estas coisas que pra gente que vive, essa coisa, porque, as vezes eu digo assim gurias de onde vocês vieram, porque pra mim que sempre fui pobre, que sempre fui doméstica, tem coisas que assim, tu olha, tu percebe o que ta acontecendo com a pessoa. Então tem outras pessoas que estão muito aquém disso, assim que viveram, numa outra condição, numa outra sociedade e naquela situação de que eu não enxerguei, eu não enxerguei os outros que não tão lá na mesma situação do que eu, porque é óbvio, que quem trabalha o dia inteiro varrendo e limpando vidro não sei o que, não vai ter condições de jogar vôlei (JULIANA, julho de 2017).

Chutou a bola no tambor, de fora da aula para dentro, e disse Macumba”!

Estava trabalhando com a turma lá, e chutou a bola para dentro da aula, tchê! Deixei os guris ali, trabalhando um pouco os instrumentos; aí estava a outra turma de Educação Física – que a professora era negra e tem sensibilidade para a questão –, um aluno dela chutou a bola no tambor, de fora da aula para dentro, e disse - Macumba! Ótimo! Não precisa perseguir o guri. O que é macumba? Porque fez isso com a macumba? Porque no tambor, e porque não faz isso com a aula de Matemática? Aposto que tu gosta muito menos do que o som desse tambor, aí! [...] Mas, um pouco isso, né? A gente também ter essa perspicácia assim, de um momento, ou outro, trabalhar, assim, para aproveitar oportunidades. Nesse sentido. Se juntar com outros! Isso é coisa legal, também. É coisa legal se juntar com outros colegas. A gente consegue debater, por exemplo, eu e a Carol, o Maicon, que é de Educação Artística. E começamos a chamar outros. Então, por exemplo, a Semana da Consciência Negra no ano passado foi mais atropelado; mas, no outro ano, a gente conseguiu fazer (acho que) mais de uma reunião! Preparando, vendo quem que ia chamar. Se juntar com outros, também. E ir botando o pé, né. Aos pouquinhos. Eu acho que, agora, tem essa questão aí, de que não é só o negro. Às vezes, eu notava que os meus alunos ficavam constrangidos, os alunos negros. —Ah, porque aconteceu isso; a escravidão; bababababah... Agora estou começando a olhar outro foco. —Peraí. Nós, brancos, aqui. O que a gente fez? O que a gente faz, hoje? Eu digo! A minha sobrinha é contra as cotas! A sobrinha, o namorado, que a minha sobrinha é filha da minha irmã que sempre foi crítica, de esquerda, e a filha dela é uma... —Acho que tem que ser para pobre! Aí, espera aí, vamos ver. O pobre que veio lá da serra, por exemplo, o pobre italiano – que é verdade; muitos foram até para o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], para o acampamento, porque ganharam uma propriedadezinha. Aí foram as gerações passando, a propriedadezinha não aumentou! E aquela filharada vai fazer o que? Foi para o MST! Lutaram; outros

ganham assentamento. E a filharada dos negros, que não ganharam nada, como é que...? Então por que cotas? Porque não... entende? Eu acho que precisa formação, é verdade. Não é um tema que vai de qualquer jeito, porque ele vai sofrer ataque. Tenho certeza. Vai sofrer ataque. Então, a professora, lá, que é mais política, se posiciona, tem pai que vai questionar – mesmo em escola pública de periferia (SINVAL, julho de 2017).

Nestas narrativas podemos perceber o quão urgente e relevante são as movimentações executadas pelxs professorxs no tocante a reflexão e realização de práticas de resistências negras nas escolas.

Dialogando com as narrativas

Quando percebemos a sociedade brasileira como racista e consequentemente a escola, é necessário compreender que o racismo é uma estrutura social, como nos aponta o professor, filósofo e advogado Sílvio Almeida (2018, p. 38):

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.

Uma maneira para “sacudirmos” essa estrutura, o racismo, são as práticas de resistências negras na sala de aula, pois assim poderemos ecoar as vozes que sofrem tentativas de sufocamento, envolvendo todxs: xs educadorxs, as famílias, as comunidades escolares. Tendo em vista que, a escola é uma oportunidade de abrir outros olhares e saberes para quem a ela tem acesso. (CANDAU, 2010).

Este trabalho todo foi construído em um momento muito difícil, pois estamos vivendo em uma sociedade, que a pouco tempo tinha um projeto de esperança e oportunidades para xs que ainda são chamamos de “minorias”, não em número, mas em direitos exercidos. Porém, no atual governo do presidente Jair Bolsonaro (2019–2022), existe um outro projeto, o qual estamos vivendo, não só de uma sociedade injusta e racista, mas na propagação de ideias que destroem o aparato social. Tais como: direitos adquiridos sendo retirados, estabilidade do serviço público, bolsas de estudos sem renovações, reformas da previdência e administrativas, sempre visando minimizar os direitos dos trabalhadores e da população desfavorecida, o desmonte da educação com cortes de verbas aos insultos

contra os profissionais da área, de uma determinação de modelo de família, gênero, raça, ou seja um movimento que reforça os padrões e normas impostas pela colonialidade, heteronormatividade, em nome da construção do “cidadão de bem”.

Além de não haver políticas públicas robustas para aqueles que estão em vulnerabilidades social, há uma colonialidade com a delimitação de normas bem definidas de quem é aceito, válido, de quem pode exercer seus direitos e os outros. E, os outros são aqueles que estão fora, mais do que excluídos, não vistos. De acordo com Osório (2008, p. 91)

A discriminação racial funciona para os brancos como calçados que usam para correr contra negros descalços. Torna a corrida tranquila para os primeiros e extenuante para os últimos. Para que a equalização racial ocorra no Brasil, em um horizonte de tempo aceitável, é preciso, primeiro, tirar os calçados dos brancos. Depois, deixá-los correrem descalços por algum tempo e calçar os negros para que os alcancem.

Destacamos o quanto importante e necessário é a contribuição dos brancos na luta antirracista e, em diálogo com Djamila Ribeiro (2017, p.66), afirmamos que “Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar de racismo”.

Dessa forma, podemos visualizar por meio de práticas, inclusive em salas de aulas, contribuições para construção de uma sociedade realmente para todos. Ao contrário do que ingenuamente temos hoje, pois perante a lei somos todos iguais, mas na hora de exercer os direitos encontramos obstáculos de difícil ultrapassagem. Sendo assim, iniciativas nascidas na escola e nos movimentos sociais levam a sociedade a perceber a possibilidade de mudança de atitudes e de outra visão de mundo, construídos por todos e para todos.

Portanto, as práticas pedagógicas desenvolvidas em salas de aula, podem ser percebidas como práticas de resistências, um estímulo para instigar outros sujeitos ao estudo deste assunto. Pois, estas ações positivas na luta para atenuação do racismo, que assola, estruturalmente, a sociedade brasileira, trazendo exemplos de práticas de resistências realizadas dentro dos espaços educativos escolares, as quais além de debater o racismo, constroem estratégias que visam seu enfraquecimento.

Considerações finais

Para não concluir e sim instigar, inspirar outrxs a unirem-se na leitura, nos estudos, na escrita, enfim, na luta com xs desprivilegiadx, oprimidx, com xs negrxs, convocamos a todxs, especialmente professorxs, que se engajem na luta antirracista.

Este artigo dialogou com professorxs que estão realizando ações pedagógicas na escola, trabalhando as relações étnico-raciais, chamadas aqui de práticas de resistências negras. Mostrando que existem práticas decoloniais e propositivas de valorização da presença negra no Brasil, denunciando o racismo na sociedade brasileira e anunciando práticas que estão ocorrendo dentro das instituições escolares para erradicar os racismos presentes.

Ao debruçarmo-nos sobre a história dos países da América Latina, que passaram por um processo de colonização, na qual histórias, pensares, saberes, fazeres, cosmologias de povos indígenas e negros são negadas e apropriadas, visto que para a racionalidade ocidental não são consideradas válidas, é urgente no contexto escolar, a discussão sobre o racismo. É necessário conhecer a construção da população brasileira negra para entender/compreender a importância do debate de um currículo que venha visibilizar a cultura de matriz africana, sem o véu de uma cultura homogênea. Porque o colonialismo fragmenta o ser, o saber, o estar no mundo, o pensar e o sentir. Nesse sentido, reforça a invisibilidade das culturas afro-brasileiras em muitos espaços educativos institucionais que historicamente racistas, tratam as diferenças como minorias.

Portanto, as práticas pedagógicas desenvolvidas em salas de aula, podem ser percebidas como práticas de resistências, um estímulo para convocar outrxs sujeitxs ao estudo desta temática. Pois, estas ações positivas na luta para atenuação do racismo, que assola, estruturalmente, a sociedade brasileira, trazendo exemplos de práticas de resistências realizadas dentro dos espaços educativos escolares, as quais além de debater o racismo, constroem estratégias que visam seu enfraquecimento.

Cabe pensar, numa perspectiva da interculturalidade crítica, como nos diz a socióloga Catherine Walsh, porque antes de tudo a interculturalidade é relacional. E nessa multirracialidade que está construída a sociedade brasileira, sendo a maioria da população negra, é de fundamental importância que se repense outra forma de pensar/sentir a vida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG), Letramento, 2018.
- BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CANDAU, Vera, Maria Ferrão; Russo, K. Interculturalidade e Educação Na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.
- CAVALLEIRO, E. (org), **Racismo e Anti-Racismo na Educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.
- CÉSAIRE, Aimé. **Diário de um retorno ao país natal**. Tradução Lilian P. de Almeida, 1ª ed. Edusp, 2012.
- CRUZ, Josiane Beloni da. **Colorindo invisibilidades**: um estudo de caso acerca de práticas de resistência negra na escola. 2014. 78f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. (Josiane Beloni de Paula).
- FRANÇA, Cyntia Simioni. **O Canto da Odisseia e as Narrativas Docentes**: dois mundos que dialogam na produção de conhecimento histórico educacional. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Imagens que lampejam: contribuições de Walter Benjamin para a produção de conhecimentos históricos. **Encuentro de Saberes**. Luchas populares, resistências Y educación, Buenos Aires-Argentina, v. 1, p. 53, 2013b.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, Cidade e Educação das Sensibilidades. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 20, n. 23, jan./jun. 2012.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005a, p.118-142, 2005.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e decolonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 337-382.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago.; GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más Allá del capitulo global. Colombia: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.

MUNANGA, Kanbegele. **Superando o racismo na escola**. 2.ed. MEC/Secad, 2005.

OLIVEIRA, Sil Lena Ribeiro Calderaro. **Antes que o tempo passe tudo a raso**: tambores matriarcais do grupo de Carimbó Sereias do Mar da Vila Silva em Marapanim, no Pará. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília; IPEA, 2008. (p. 65-96). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf>. Acesso em: 20 mai 2017.

PAIM, Elison Antonio; LUÍS, Solange. Decolonizando tempos, espaços, memórias e experiências educativas na província de Huíla – Angola: narrativas sobre escolas. **Revista África(s)**, v. 7, n.º. 13, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277.

ROSA, Maria Inês Petrucci et al. Uma outra compreensão de currículo. **Currículo sem fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 198-217, 2011.

SANTANA, Tatiana de Oliveira. **Narrativas femininas guajajara e akrãtikatêjê no Ensino Superior**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

SOUZA, Odair. **A educação para as relações étnicorraciais no ensino de história**: memórias e experiências de professoras da educação básica. Dissertação (Mestrado em Ensino de história), Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2018.

SOUZA, Técia Goulart de. **Educação para as relações étnico-Raciais no Centro de Ensino Fundamental Miguel Arcanjo – São Sebastião – Distrito Federal**: Diálogos dentro e fora da escola. Dissertação (Mestrado em Ensino de História), Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2020.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologias decoloniales. Nómadas. **Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**, Colômbia, n. 26, p. 102-113, abril 2007, p. 103.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Plurinacionalidad y Decolonialidad: Las Insurgencias PolíticoEpistémicas de Refundar el Estado. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 131-152, 2008.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Educação intercultural na América latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7letras, 2009. pp. 12 – 42.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

ZETTERMANN, Guilherme Dunchatt. **As percepções dos guias de turismo em relação ao seu papel de educador**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

NARRADORXS:

Juliana da Rosa Brochado. Entrevista concedida a Josiane Beloni de Paula. Pelotas, 19 de julho de 2017. [Gravação digital transcrita, acervo da autora].

Martha Elaine Adamy. Entrevista concedida a Josiane Beloni de Paula. Pelotas, 17 de julho de 2017. [Gravação digital transcrita, acervo da autora].

Raquel Silveira Rita Dias. Entrevista concedida a Josiane Beloni de Paula. Pelotas, 21 de julho de 2017. [Gravação digital transcrita, acervo da autora].

Sinval Martins Farina. Entrevista concedida a Josiane Beloni de Paula. Pelotas, 17 de julho de 2017. [Gravação digital transcrita, acervo da autora].